

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO TOCANTINS

REUNIÃO ORDINÁRIA – DIA 20/09/2018

Aos vinte dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas e trinta e cinco minutos, na Sala de Reuniões da Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins (SES – TO) deu-se início a 7ª (Sétima) Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite do ano de 2018, com a presença dos membros: **Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins (SES-TO):** Gilian Cristina Barbosa/ Diretora de Atenção Primária; Iatagan de Araujo Barbosa/ Diretor de Atenção Especializada; Luiza Regina Dias Noletto/Superintendente de Planejamento do SUS; Ludmila Nunes Moreira Barbosa/Diretora de Controle e Avaliação e Auditoria; Vera Lucia Carvalho/ Analista Técnica Administrativa da Superintendência de Unidades Próprias; **Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Tocantins (COSEMS-TO):** Clésio Alves da Silva/ Secretário Municipal de Saúde de Brasilândia do Tocantins e Diretor Adjunto da Diretoria de Comunicação do COSEMS-TO; Daniel Borini Zemuner/ Secretário Municipal Saúde de Palmas; Jean Luís Coutinho/ Secretário Municipal de Saúde de Araguaína e 1º (Primeiro) Vice-Presidente do COSEMS; José Nelson Brito da Silva/ Secretário Municipal de Saúde de Riachinho; Rodolfo Pereira Martins/ Secretário Municipal de Saúde de Ponte Alta do Bom Jesus – TO e Conselheiro Fiscal do COSEMS; O Sr. Rodolfo Pereira Martins/ Secretário Municipal de Saúde (SMS) de Ponte Alta do Bom Jesus - TO, como representante dos membros que representam o Conselho dos Secretários Municipais de Saúde do Estado do Tocantins (COSEMS – TO) nessa Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Tocantins (CIB – TO), questionou a ausência do Presidente da CIB e Secretário de Estado da Saúde do Tocantins na maioria das Reuniões Ordinárias da CIB desse ano, e justificou o questionamento ressaltando que a sensação dos Secretários Municipais de Saúde do Tocantins com as discussões vem ocorrendo no âmbito da CIB somadas ao fato da ausência do Presidente da referida comissão, é a sensação de que está se “enxugando gelo”, ou seja, a sensação de que há muita discussão e nenhuma resolutividade. O mesmo reconheceu que os membros da equipe técnica da Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins (SES – TO) têm cumprido a sua parte, mas ressaltou que muitas das decisões e atitudes fazem parte das atribuições e obrigações do Secretário de Estado da Saúde e Presidente da CIB, ou do Subsecretário de Estado da Saúde do Tocantins e Suplente do Presidente da CIB nessa comissão, decisões e atitudes que não têm como serem

35 relegadas a outras pessoas ou a outras partes da equipe técnica da SES – TO, e que,
36 assim sendo, é obrigatória a presença do Secretário de Estado da Saúde do Tocantins
37 e/ou do Subsecretário de Estado da Saúde do Tocantins nas Reuniões Ordinárias da
38 CIB. Além disso, o Sr. Rodolfo ressaltou ainda que quando participam das Reuniões
39 Ordinárias da CIB, tanto o Sr. Renato Jayme da Silva/ Secretário de Estado da
40 Saúde do Tocantins e Presidente da CIB – TO, quanto o Sr. Luís Edgar Tolini/
41 Subsecretário de Estado da Saúde do Tocantins e Membro Suplente Representante
42 da Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins na CIB – TO não se fazem presentes
43 durante toda a plenária, que, por variados motivos, os mesmos nunca permanecem
44 até o encerramento das plenárias da CIB. Dito isso, o Sr. Rodolfo ressaltou que a
45 CIB é importante tanto para as Gestões Municipais do Tocantins quanto para a
46 Gestão Estado, e que a ausência do Secretário de Estado da Saúde e do
47 Subsecretário de Estado da Saúde passa uma sensação de falta de compromisso por
48 parte da Gestão Estadual. Diante do exposto, e tendo em vista o calendário anual da
49 CIB que é feito aprovado por essa comissão no início de cada ano, o Sr. Rodolfo
50 solicitou que a partir das Reuniões Ordinárias da CIB subsequentes a esta se façam
51 presentes o Secretário de Estado da Saúde do Tocantins e Presidente da CIB e
52 também o Subsecretário de Estado da Saúde do Tocantins, de maneira que, sempre
53 que não for possível contar com a presença de ambos na plenária, se faça presente o
54 Secretário de Estado da Saúde do Tocantins e Presidente da CIB, ou o Subsecretário
55 de Estado da Saúde do Tocantins em sua substituição. Relembrando o que foi
56 discutido e determinado como um dos encaminhamentos da 6ª (Sexta) Reunião
57 Ordinária da CIB de 2018, o Sr. Rodolfo fez uma menção ao problema do espaço
58 determinado para a realização das Reuniões Ordinárias da CIB ressaltando que na
59 oportunidade anterior ficou determinado pelo Sr. Luís Edgar Tolini/ Subsecretário
60 de Estado da Saúde do Tocantins que o mesmo juntamente com a Secretaria Geral
61 da CIB – TO iriam procurar um outro espaço mais adequado para a realizar as
62 próximas plenárias da CIB uma vez que a Sala de Reuniões da Secretaria de Estado
63 da Saúde do Tocantins não conta com as condições adequadas para acomodar
64 adequadamente todos os participantes dessa plenária. Por fim, o Sr. Rodolfo
65 ressaltando ter lido a Ata da 6ª (Sexta) Reunião Ordinária da CIB do ano de 2018,
66 afirmou que há vários questionamentos que foram levantados na reunião citada que
67 precisam ser resolvidos, e pontuou que essa resolutividade somente se dará através
68 de um maior comprometimento da Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins, do

69 Secretário de Estado da Saúde do Tocantins e Presidente da CIB – TO, e do
70 Subsecretário de Estado da Saúde do Tocantins com a CIB, com os municípios do
71 Estado do Tocantins, e também com as questões da gestão da saúde pública do
72 Estado do Tocantins. Em resposta ao Sr. Rodolfo quanto a questão do local para a
73 realização da próxima Reunião Ordinária da CIB, a Sr.^a Luiza Regina Dias Noletto/
74 Superintendente de Planejamento do SUS da SES – TO, neste ato representando o
75 Sr. Renato Jayme da Silva/ Secretário de Estado da Saúde do Tocantins e Presidente
76 da CIB – TO, e presidindo esta plenária, assegurou que já há um novo local para a
77 próxima Reunião Ordinária da Silva, que provavelmente o local será o Auditório do
78 Centro Universitário Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos (ITPAC) que
79 se localiza na Avenida Teotônio Segurado em Palmas – TO. **PONTOS DE PAUTA**
80 **PARA PACTUAÇÃO E APROVAÇÃO: Item 1- Pactuação e aprovação da**
81 **Pauta.** Item Aprovado Pela Plenária. **Item 2- Pactuação e aprovação da Ata da**
82 **Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite do dia 23 de agosto de**
83 **2018:** Solicitante: Nayara Samya Costa Chaves Nogueira Tabanes/ Secretária Geral
84 da CIB – TO; Expositora: Letícia de Oliveira da Silva/ Técnica da Secretaria Geral
85 da CIB - TO. Item Aprovado Pela Plenária. **Item 3- Pactuação e Aprovação do**
86 **Remanejamento de Serviços e Tetos Físico e Financeiro da Programação**
87 **Pactuada e Integrada da Assistência (PPI)/2018 do Estado do Tocantins:**
88 Solicitante: Ludmila Nunes M. Barbosa/ Diretora de Controle, Avaliação, e
89 Auditoria da SES – TO; Expositora: Simone Rios Luz/ Técnica da Gerência de
90 Avaliação e Sistemas (PPI) da SES – TO. A Sr.^a Simone Rios informou que recebeu
91 uma demanda da Regulação do município de Araguaína – TO para Remanejamento
92 de Tetos Físico e Financeiro da PPI onde foram identificados alguns procedimentos
93 relacionados principalmente às consultas especializadas que estavam programados
94 para o referido município, porém, sob a Gestão Estadual. Sobre essa solicitação, a
95 expositora esclareceu que foi verificado que não havia oferta em sua totalidade,
96 então, diante disso, a equipe técnica da PPI foi até o município para fazer as
97 verificações e, juntamente com a equipe da Regulação, foi decidido que os
98 remanejamentos seriam feitos da maneira como serão apresentados nesse momento
99 em que cada remanejamento feito retirando do município de Araguaína para o
100 município de Augustinópolis somaram um total de R\$ 102.200,19 (cento e dois mil
101 e duzentos reais, e dezenove centavos) que está sendo remanejado da Gestão
102 Estadual do município de Araguaína para a Gestão Estadual do município de

103 Augustinópolis. A Sr.^a Simone relatou que dessa mesma forma houveram
104 remanejamentos feitos de maneira a retirar procedimentos da Gestão Estadual do
105 município de Araguaína encaminhando-os para a Gestão Estadual do município de
106 Arapoema no valor total de R\$ 197.045,45 (cento e noventa e sete mil e quarenta e
107 cinco reais, e quarenta e cinco centavos. A expositora pontuou que os
108 remanejamentos que citará a partir desse momento são remanejamentos rotineiros do
109 mês que foram solicitados a área técnica da PPI que são: Remanejamento de tetos
110 físicos e financeiros solicitados pelo município de Esperantina que solicitou o
111 remanejamento retirando do município de Araguaína Gestão Estadual e
112 encaminhando para Esperantina Gestão Municipal no valor total de R\$ 645,05
113 (seiscentos e quarenta e cinco reais e cinco centavos), e também solicitou o
114 remanejamento retirando de Augustinópolis Gestão Estadual e encaminhando para
115 Esperantina Gestão Municipal, no valor total de R\$ 101.337,18 (cento e um mil,
116 trezentos e trinta e sete reais, e dezoito centavos); o município de Colinas do
117 Tocantins solicitou os Remanejamentos de Tetos Físicos e Financeiros retirando de
118 Colinas do Tocantins Gestão Municipal e encaminhando para Araguaína Gestão
119 Estadual no valor total de R\$ 700,00 (setecentos reais), e também solicitou o
120 remanejamento retirando de Colinas do Tocantins Gestão Municipal e
121 encaminhando para Guaraí Gestão Estadual no valor total de R\$ 1.200,00 (mil e
122 duzentos reais); o município de Couto Magalhães solicitou o Remanejamento de
123 Tetos Físico e Financeiro referente a Internação retirando do município de Guaraí
124 Gestão Estadual e encaminhando para o município de Pedro Afonso Gestão
125 Estadual, no valor total de R\$ 3.774,28 (três mil, setecentos e setenta e quatro reais,
126 e vinte e oito centavos); o município de Oliveira de Fátima solicitou o
127 Remanejamento de Tetos Físicos e Financeiros retirando do município de Porto
128 Nacional Gestão Municipal e encaminhando para o município de Silvanópolis
129 Gestão Municipal, no valor total de R\$ 2.368,16 (dois mil, trezentos e sessenta e
130 oito reais, e dezesseis centavos); o município de Peixe solicitou o Remanejamento
131 de Tetos Físico e Financeiro referente a Internação retirando do município de
132 Palmas Gestão Estadual e encaminhando para o município de Peixe Gestão
133 Municipal, no valor total de R\$ 20.406,06 (vinte mil, quatrocentos e seis reais, e seis
134 centavos). A Sr.^a Simone ressaltou que todos os valores citados correspondem a
135 alguns procedimentos. Item Aprovado Pela Plenária. **Item 4- Pactuação e**

136 **Aprovação da Descentralização da Gestão de Ações e Serviços de Saúde da**
137 **Média e Alta Complexidade (MAC) para o município de São Salvador do**
138 **Tocantins – TO, consoante disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução CIT Nº. 4,**
139 **de 19 de julho de 2012 (Ofício Nº035/18):** Solicitante: Luiza Regina Dias Noletto/
140 Superintendente de Planejamento do SUS da SES – TO; Expositora: Simone Rios
141 Luz/ Técnica da Gerência de Avaliação e Sistemas (PPI) da SES – TO. A Sr.^a
142 Simone informou que o município de São Salvador do Tocantins – TO solicitou, via
143 ofício enviado para a Superintendência de Planejamento do SUS e também para
144 Diretoria de Controle, Avaliação, e Auditoria da SES – TO, a descentralização da
145 gestão de serviços de saúde do seu município. A mesma esclareceu que é a Diretoria
146 de Controle, Avaliação, e Auditoria da SES – TO a área técnica da Secretaria de
147 Estado da Saúde do Tocantins responsável por fazer as devidas análises onde é
148 verificado entre outras coisas aquilo que o município possui programado em relação
149 a Média Complexidade para o seu território. A Sr.^a Simone explicou ainda que após
150 a realização dessa análise a equipe técnica da Gerência de Avaliação e Sistemas
151 (PPI) da SES – TO realizou os devidos encaminhamentos para a Superintendência
152 de Planejamento do SUS da SES - TO com relatórios dos Procedimentos, do Teto
153 Físico e Financeiro, que apontam que o valor total anual que está destinado ao
154 município de São Salvador do Tocantins – TO atualmente é de R\$ 33.958,89 (trinta
155 e três mil, novecentos e cinquenta e oito reais, e oitenta e nove centavos), valor esse
156 correspondente aos dados atuais referentes à população própria do município citado.
157 A expositora relatou que, em relação à Média e Alta Complexidade (MAC), o
158 município de São Salvador do Tocantins tem disponível o valor de R\$ 27.548,16
159 (vinte e sete mil, quinhentos e quarenta e oito reais, e dezesseis centavos); e que, em
160 relação ao Tratamento Fora de Domicílio (TFD) Intermunicipal, o valor do ajuste de
161 incentivo de reserva técnica referente ao serviço de TFD Municipal é de R\$
162 33.958,89 (trinta e três mil, novecentos e cinquenta e oito reais, e oitenta e nove
163 centavos), sendo esses também os valores referentes ao total da MAC alocados no
164 Fundo Municipal de Saúde do município de São Salvador do Tocantins – TO. A Sr.^a
165 Simone esclareceu que apartir do momento em o município de São Salvador do
166 Tocantins – TO tiver essa descentralização aprovada e concluída o mesmo passará a
167 receber o recurso de maneira direta em seu Fundo Municipal de Saúde devendo,
168 apartir de então, encaminhar informações também de forma direta ao Ministério da
169 Saúde através do devido transmissor ficando desobrigado de encaminhar essas

170 informações para Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins. Item Aprovado Pela
171 Plenária. **Item 5- Pactuação e Aprovação da Habilitação dos Serviços e**
172 **Classificação: N.º. 110/03 e N.º. 114/04 - Serviço de Atenção a Saúde**
173 **Reprodutiva (Laqueadura e Vasectomia) no município de Peixe – TO; (ITEM**
174 **EXCLUÍDO DA PAUTA):** Solicitante e Expositora: Juliana Dias Pinheiro/
175 Secretária Municipal de Saúde de Peixe – TO. ITEM EXCLUÍDO DA PAUTA.
176 **Item 6- Pactuação e Aprovação da Inclusão da Proposta de Habilitação do**
177 **Serviço Aeromédico no Plano de Ação Regional da Rede de Urgência e**
178 **Emergência na Região Capim Dourado;** Solicitante: Carlos Felinto Junior/
179 Superintendente de Políticas de Atenção à Saúde da SES – TO; Expositores: Daniel
180 Borini Zemuner/ Secretário Municipal de Saúde de Palmas – TO; e Juliana
181 Reibeiro/ Diretora de Atenção Especializada da Secretaria Municipal de Saúde de
182 Palmas – TO. A Sr.^a Juliana fez uma breve apresentação sobre o convênio que o
183 município de Palmas pretende firmar de forma regional entre Serviço de
184 Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) do município de Palmas – TO e o Centro
185 Integrado de Operações Aéreas (CIOPAER) da Secretaria Estadual de Segurança
186 Pública do Estado do Tocantins (SSP – TO). A mesma ressaltou que o referido
187 convênio possui como objetivo uma maior qualificação da oferta dos serviços de
188 urgência prestados pelo SAMU de Palmas – TO para que os mesmos possam
189 acontecer em tempo ainda mais oportuno, fazendo com que com esse atendimento
190 prestado de forma ainda mais eficiente, conseqüentemente, possa haver também
191 uma melhora na qualidade do paciente no momento do atendimento pré-hospitalar.
192 Lembrando que o Estado do Tocantins possui 03 (três) Regionais de Regulação que
193 ficam localizadas respectivamente nos municípios de Gurupi, Palmas, e Araguaína,
194 a Sr.^a Juliana esclareceu que as propostas referentes ao convênio citado estão sendo
195 colocadas em experimentação onde algumas já experimentadas obtiveram êxito
196 fazendo com que houvesse a solicitação para pactuação e aprovação do referido
197 convênio a essa plenária. Nesse momento a Sr.^a Juliana passou a palavra para o Sr.
198 Marcos Moreira/ Enfermeiro e Diretor Administrativo do SAMU de Palmas – TO
199 que ressaltou que essa é uma etapa inicial de um projeto de 03 (três) anos que o
200 município de Palmas vem almejando e buscando já a algum tempo e que conta com
201 a aprovação da inclusão de uma aeronave nos atendimentos da Região de Saúde
202 Capim Dourado, especificamente na área de abrangência do SAMU Regional
203 Palmas. O expositor pontuou que fazem parte da área de abrangência do SAMU de

204 Palmas – TO além da própria capital, os municípios de Porto Nacional, Paraíso do
205 Tocantins, Miranorte, Novo Acordo, Lajeado e Miracema, e que o projeto do
206 convênio para qual está se pleiteando a presente pactuação e aprovação foi feito
207 através de normativas e portarias como por exemplo a Portaria GM/MS N.º.
208 2048/2002, de 05 de novembro de 2002, que respectivamente rege todo o serviço do
209 SAMU. O Sr. Marcos esclareceu que essa habilitação e a proposta de inclusão dessa
210 aeronave fazem parte de uma proposta de convênio entre a SSP-TO e o SAMU de
211 Palmas – TO que, por meio dos atendimentos de urgência prestados pelo SAMU
212 Regional Palmas, desenvolve essas ações de evacuações aero médicas e, dentro
213 delas, o transporte pré e inter-hospitalar, e que com o emprego dessa aeronave tipo
214 helicóptero nesse serviço poderá prestar um atendimento mais rápido e eficiente
215 minimizando a possibilidade de ocorrência de sequelas graves e até mesmo o óbito
216 de pacientes atendidos pelo SAMU na área de abrangência do SAMU Regional
217 Palmas. O expositor afirmou que outro objetivo é formalizar o serviço Aeromédico
218 realizado pelo SAMU de Palmas através dessa parceria com o CIOPAER que
219 poderá potencializar o serviço de saúde na área de atuação da unidade
220 proporcionando maior agilidade e rapidez no atendimento aos pacientes, e pontuou
221 também é objetivo desse projeto a ampliação do atendimento à população com a
222 redução do tempo de resposta do SAMU a mesma uma vez que quando acionada a
223 aeronave que leva em torno de 10 (dez) a 12 (doze) minutos para percorrer o trajeto
224 entre os municípios de Palmas e Porto Nacional, por exemplo, sairá de Palmas e
225 chegará a Porto Nacional mais rápido fazendo com que a resposta favorável do
226 SAMU e o atendimento aos pacientes também se dê de forma mais rápida e
227 eficiente, e justificou que em virtude disso deve-se fomentar o emprego das
228 aeronaves do CIOPAER de maneira a ampliar o leque de atuação do SAMU. O
229 Tenente Coronel da Polícia Militar do Estado do Tocantins e Diretor do CIOPAER,
230 Ricardo Borges Ferrão ressaltou que o CIOPAER é uma unidade integrada que
231 conta com a Polícia Militar, Civil, e Corpo de Bombeiros do Estado do Tocantins,
232 onde o intuito é obter o melhor dessas 03 (três) instituições, foi criada no ano de
233 2011 onde, nessa época, foi adquirida junto ao Ministério da Justiça a aeronave que
234 a unidade possui atualmente. O Tenente Coronel relatou ainda que o CIOPAER
235 conta atualmente com diretoria da qual o mesmo faz parte, algumas gerências que
236 fazem o helicóptero voar, possui também uma base administrativa que fica no
237 prédio da sede da SSP – TO, e conta com o helicóptero que fica no Aeroporto

238 Brigadeiro Lysias Rodrigues em Palmas – TO onde a equipe do CIOPAER possui
239 mais liberdade e conta com o controle aeronáutico da base do aeroporto.
240 Demonstrando a foto do helicóptero, o Tenente Coronel Ricardo B. Ferrão,
241 esclareceu que, devido ao fato de o CIOPAER ser uma unidade multimissão, a
242 referida possui características para atender a várias frentes, pois conta com uma
243 regulação aeronáutica que embasa toda a atividade da unidade e permite a mesma
244 vários tipos de missões como por exemplo combate a roubo a banco, missão de
245 misericórdia, serviços aeromédicos, combate a incêndios florestais, e transporte de
246 autoridades dentre outras atividades que a legislação aeronáutica permite fazer em
247 virtude do fato de o CIOPAER ser um órgão de segurança pública. Antecipando
248 possíveis observações que possam vir a serem feitas posteriormente, o Tenente
249 Coronel Ricardo ressaltou que o helicóptero do CIOPAER é uma aeronave para 06
250 (seis) pessoas sendo 02 (dois) pilotos e 04 (quatro) passageiros, e pontuou que o
251 CIOPAER já está apresentando a necessidade de adquirir uma outra aeronave maior
252 do que essa para poder realizar voos mais longos, pois essa possui deficiências
253 como por exemplo insuficiência de espaços, mas que, para atender às demandas
254 atuais a aeronave que o CIOPAER já possui é suficiente por enquanto. O expositor
255 relatou que a aeronave chegou ao CIOPAER no final do ano de 2010 e já começou a
256 operar no início do ano de 2011, e que desde então já foram realizadas algumas
257 missões mais recorrentes junto ao SAMU e outras, em menor quantidade e
258 recorrência, junto a alguns profissionais da SES – TO. Ressaltando não saber
259 informar as consequências e posterior andamento dos atendimentos de saúde já
260 prestados com a parceria do CIOPAER, pois a equipe do referido centro cumpriu as
261 missões, mas não fez um acompanhamento posterior mais detalhado, o Tenente
262 Coronel Ricardo informou que no ano de 2017 foram realizados 17 (dezessete)
263 atendimentos. O mesmo relatou ainda que até pouco tempo atrás o CIOPAER
264 realizava o tipo de missão que está sendo proposto aqui com bombeiros embarcados,
265 não se tinha médicos e enfermeiros, mas que hoje a legislação atual exige que se
266 tenha esses profissionais a bordo, e é por isso, para fazer essa legalização por
267 completo, é que se faz necessária a pactuação e aprovação que está sendo solicitada
268 a essa plenária nesse momento. O mesmo relatou que esses serviços já são
269 realizados em alguns Estados da Federação com bastante propriedade e um histórico
270 bastante positivo, e que aqui no Tocantins já ocorreram alguns percalços em virtude
271 de problemas com a manutenção da aeronave que obrigaram a mesma a ficar 03

272 (três) meses parada fazendo com que fossem realizados apenas 05 (cinco)
273 atendimentos ultimamente sendo o mais recente relacionado a transplantes de
274 órgãos. O Tenente Coronel pontuou que o helicóptero é uma ferramenta
275 extremamente versátil que em geral cumpre a mesma função de um avião e ainda
276 faz algumas coisas que o avião não faz principalmente no que diz respeito a missões
277 de resgate e salvamentos que demandam tempo e recursos de pessoas, missões essas
278 que fazem parte das atividades rotineiras do SAMU. O mesmo ressaltou que o que
279 está sendo apresentado aqui é apenas o início do projeto, que atualmente há apenas
280 essa aeronave para fazer os atendimentos das demandas, mas que isso ainda não é o
281 suficiente, e que, para fazer essa adequação é necessário a aquisição de, no mínimo,
282 mais 03 (três) helicópteros e também de mais aviões. O Tenente Coronel relatou que
283 esse helicóptero possui uma autonomia para 03 (três) horas e 20 (vinte) vinte
284 minutos de voo, sendo esses 20 (vinte) minutos a margem para pouso, e,
285 exemplificando, pontuou que essa autonomia garante que a aeronave possa sair do
286 município de Palmas e chegar até a região do Bico do Papagaio sendo necessário a
287 realização de um abastecimento para que possa percorrer o percurso de volta da
288 região do Bico do Papagaio para Palmas e fazendo com que se perca um tempo
289 precioso do atendimento do paciente, por isso muitas vezes não vale a pena o
290 helicóptero sair de Palmas para atender a uma demanda no Bico do Papagaio, pois
291 haverá a necessidade de se fazer um pouso em Araguaína para realizar esse
292 abastecimento demandando mais tempo tanto na ida quanto na volta. Então
293 analisando tecnicamente essa questão, operacionalmente não compensa usar essa
294 aeronave partindo de Palmas para fazer esse atendimento na região do Bico do
295 Papagaio, pois se colocaria em risco a vida de 04 (quatro) pessoas em detrimento da
296 vida de apenas 01 (uma) pessoa. O Tenente Coronel Ricardo afirmou que em casos
297 como esse citado no exemplo a aeronave mais adequada para realizar esse
298 atendimento onde se faz necessário percorrer um percurso maior de distância em um
299 curto espaço de tempo as vezes é o avião, pois o avião, nesse caso, possui melhores
300 condições de fazer o atendimento e ainda realizar o percurso de ida e volta
301 dispensando a necessidade da realização de paradas para abastecimento no meio do
302 trajeto. O mesmo ressaltou ainda que, dependendo do modelo do avião, as
303 exigências técnicas são menores principalmente no caso de aviões de menor porte
304 que pousam de forma mais adequada em pistas menores e em pistas de terra, e
305 pontuou que uma das vantagens do helicóptero em relação aos aviões é que os

306 helicópteros possuem uma maior versatilidade conseguindo pousar mais
307 tranquilamente em qualquer lugar que possua um raio de 20 (vinte) metros. Diante
308 do exposto, o Tenente Coronel Ricardo afirmou ainda que faz parte das intenções do
309 CIOPAER ter, além dessa aeronave que já existe em Palmas, uma aeronave em
310 Araguaína, outra em Gurupi, e ainda ter ainda uma outra aeronave além dessas para
311 ficar de reserva para ser utilizada sempre que uma das outras aeronaves citadas
312 estiver em manutenção. O expositor informou que com isso fica clara a intenção que
313 já existe de, em breve, poder estar expandindo esse projeto para o restante do Estado
314 e também poder estar ampliando os serviços de colocar asas fixas, porém, nesse
315 momento é necessário fazer esse laboratório com o SAMU de Palmas. O Tenente
316 Coronel informou ainda que há uma restrição relacionada a aeronave que já se tem
317 que é o fato de que a mesma não possui condições para a realização de voos
318 noturnos, e que por isso está se pensando na aquisição de uma aeronave maior
319 biturbina que pode fazer esses traslados longos a noite. Segundo o mesmo isso seria
320 sem dúvida um grande avanço, porém, no entanto para isso é necessário também
321 haver um maior crescimento do CIOPAER. O expositor relatou que o helicóptero
322 disponível atualmente é uma Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) que dispõe de
323 02 (duas) macas para transportar os pacientes. O Tenente Coronel Ricardo informou
324 que os Estados do Maranhão, Pará, e Ceará já realizam o serviço que está sendo
325 proposto aqui com bastante propriedade, ressaltou que isso só se tornou possível
326 porque esses são Estados grandes e que contaram com uma boa vontade política na
327 implantação e desenvolvimento desse serviço, e pontuou que, embora o Estado do
328 Tocantins seja um Estado novo onde há ainda muito a ser feito e implantado, já
329 houveram alguns avanços no sentido de se chegar ao objetivo final desse projeto. O
330 expositor ressaltou a importância da situação experimental, laboratório, junto ao
331 município de Palmas para o projeto porque além da formalização do mesmo, isso é
332 fundamental para o quê o CIOAPAER pretende ainda pleitear em um futuro
333 próximo no sentido de ampliar o mesmo para atender a todo o Estado. A Dr.^a Maria
334 Rosely de Almeida Pery/ Promotora do Ministério Público Estadual do Tocantins e
335 Vice – Coordenadora da Comissão Permanente de Defesa da Saúde (COPEDES) do
336 Conselho Nacional de Procuradores Gerais (CNPGE) fez um questionamento
337 perguntando se a equipe do projeto possui algum tipo de levantamento de dados a
338 respeito de quanto o Estado do Tocantins gasta com UTI Aérea, e, respondendo a
339 esse questionamento, o Tenente Coronel Ricardo Borges Ferrão afirmou que trata-se

340 de um valor de recurso razoável que, devido ao fato de envolver aeronaves como,
341 por exemplo, aviões, faz com que esses custos sejam altos, o que realmente acaba
342 por assustar um pouco. O mesmo esclareceu que a aeronave que o CIOPAER já tem
343 disponível para o tipo de serviço que está sendo proposto no projeto é uma aeronave
344 relativamente pequena em que invariavelmente é necessário de voar com as portas
345 abertas devido ao tamanho dos pacientes que são atendidos, mas onde, mesmo se
346 voando com as portas abertas, são voos tranquilos e seguros. Porém, o Tenente
347 Coronel pontuou também que uma aeronave maior, mais adequada, que permite
348 fechar portas, colocar um paciente deitado, que permite uma maior mobilidade do
349 médico, dos enfermeiros, melhor acomodação dos equipamentos, e assim a
350 realização de atendimentos mais elaborados, além de percorrer percursos mais
351 longos de forma mais eficiente custa em média em torno de US\$ 4.500.000,00
352 (Quatro milhões e quinhentos mil dólares/ ou Quatro milhões e meio de dólares). O
353 mesmo ressaltou ainda que o Capitão da Polícia Militar do Estado do Tocantins e
354 também integrante da equipe do CIOPAER, Dennys Gomes Dalla, é um dos
355 entusiastas da ideia da aquisição de uma aeronave maior que é biturbina, Unidade de
356 Tratamento Intensivo (UTI), transporta 02 (duas) macas, e que poderia fazer esses
357 traslados longos a noite, e que esse tipo de aeronave custa R\$ 40.000.000,00
358 (quarenta milhões de reais). Ressaltando que antes de ser Policial Militar, é Biólogo,
359 o Tenente Coronel Ricardo B. Ferrão afirmou que há outras áreas que fariam essa
360 compra com facilidade porque a volga da unidade é compensatória. O expositor
361 citou como exemplo o município de Araguaína onde há várias demandas policiais,
362 ambientais, e de saúde, dentre outras, que possui várias possibilidades que
363 atualmente não são atendidas, ou são atendidas de uma forma bem precária, e onde
364 compensaria ter uma aeronave biturbina para melhorar o atendimento dessas
365 possibilidades. Diante do exposto o Tenente Coronel ressaltou a importância de se
366 unir forças e financiadores para executar esse projeto no Estado todo. O Capitão da
367 Polícia Militar do Estado do Tocantins e Integrante da Equipe do CIOPAER, Sr.
368 Dennys Gomes Dalla, relatou que o Estado do Pará adquiriu essa aeronave biturbina
369 na época pelo valor de R\$ 34.000.000,00 (trinta e quatro milhões de reais) através
370 do convênio com a Norte Energia, convênio esse que envolvia muito dinheiro que
371 só servia para compra da aeronave. A respeito dessa situação do Estado do Pará
372 citada pelo Capitão Dennys G. Dalla, o Tenente Coronel Ricardo B. Ferrão,
373 ressaltou que isso só foi possível porque na época houve a construção de uma usina

374 hidroelétrica e a compensação da Norte Energia permitiu que a Unidade da Polícia
375 Militar do Pará pudesse comprar uma aeronave biturbina que é uma aeronave cara, e
376 também permitiu que o Estado do Pará pudesse adquirir também um avião
377 monomotor que é tão seguro que é o único avião monomotor utilizado pelo
378 presidente dos Estados Unidos, e é perfeitamente adequado para fazer o serviço aero
379 - médico uma vez que pousa em qualquer lugar. O mesmo justificou que a Norte
380 Energia custeou a aquisição dessa aeronave para o Estado do Pará como parte das
381 obrigações que eram de sua responsabilidade em virtude da implantação da usina
382 hidrelétrica citada, pois, pelo o que o expositor relatou que pode acompanhar desse
383 processo do Estado do Pará, a implantação de uma usina hidrelétrica envolve
384 questões de segurança pública, e, diante disso, pontuou que o Estado do Tocantins
385 pode estar perdendo oportunidades semelhantes, e, não criticando a gestão, citou
386 como exemplo a implantação da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães no
387 município de Lajeado do Tocantins – TO onde a única contrapartida da qual se tem
388 conhecimento que foi feita por parte da empresa responsável por essa usina foi a
389 construção de uma delegacia no município citado. Por fim, o Sr. Marcos ressaltou
390 que a aprovação desse convênio/ projeto é o resultado esperado para agilizar o
391 atendimento do SAMU Palmas, aumentar também a disponibilidade das equipes
392 médicas, aumentar o número de atendimentos, aumentar as possibilidades
393 sobrevivência dos pacientes que necessitem desses atendimentos, e diminuir as
394 possíveis sequelas em pacientes que necessitem utilizar esse tipo de atendimento.
395 Item Aprovado Pela Plenária. **Item 7- Pactuação e Aprovação da Mudança de**
396 **Nível da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Norte de Nível V para opção**
397 **VIII, no Município de Palmas – TO;** Solicitante: Carlos Felinto Junior/
398 Superintendente de Políticas de Atenção à Saúde da SES – TO; Expositor: Aberlado
399 Pereira de Barros/ Área Técnica de Urgência e Emergência da Secretaria Municipal
400 de Saúde de Palmas-TO. O Sr. Abelardo sobre a mudança da habilitação do nível da
401 Unidade de Pronto Atendimento da Região Norte de Palmas – TO (UPA Norte) que
402 foi habilitada como Porte II Nível V. O mesmo ressaltou que a referida unidade fica
403 localizada na quadra 203 Norte em Palmas – TO e foi inaugurada no dia 20 de maio
404 de 2015, e ressaltou que essa mudança de fato se faz necessária. O expositor relatou
405 ainda que o município de Palmas – TO possui, com essa, 02 (duas) Unidades de
406 Pronto Atendimento que são a UPA Sul, cujo Nível é VIII, e a UPA Norte, que é de
407 Nível V. O Sr. Abelardo informou que entre os meses de abril e maio do presente

408 ano foram atendidas na UPA Sul 17.257 (dezessete mil, duzentos e cinquenta e sete)
409 pessoas, e que no mesmo período a UPA Norte que possui um nível bem menor
410 atendeu somente no mês de abril 15.188 (quinze mil, cento e oitenta e oito) pessoas,
411 e no mês de maio atendeu 15.155 (quinze mil, cento e cinquenta e cinco) pessoas. O
412 mesmo relatou ainda que foi observado que essa média de atendimentos se manteve
413 no período que compreende aos meses entre janeiro e agosto do ano presente
414 fazendo com que o quantitativo mensal de atendimentos na UPA Norte que possui
415 um nível menor permanecesse o mesmo nesse período. O Sr. Abelardo ressaltou que
416 a média de atendimentos em 12 horas da UPA Norte no mês de abril foi de 506
417 (quinhentas e seis) pessoas, ou seja, contabilizando isso nos plantões de 24 horas da
418 referida unidade, chega-se ao resultado de 1.012 (mil e doze) pessoas atendidas
419 nessa mesma unidade, o que é quase o mesmo quantitativo de atendimentos da UPA
420 SUL cujo nível da unidade é VIII. Ainda segundo o expositor, a Portaria GM/MS
421 N°. 010/2017, de 03 de janeiro de 2017, estabelece que são necessários 06 (seis)
422 médicos atendendo em unidades como a UPA Norte, 03 (três) para atenderem
423 durante o dia, e outros 03 (três) para atenderem no período noturno, e o atual
424 dimensionamento dos médicos da UPA Norte bem acima desse estabelecido na
425 portaria, pois atualmente a UPA Norte conta com 05 (cinco) médicos fazendo os
426 atendimentos no período diurno, e 04 (quatro) médicos realizando atendimentos no
427 período noturno, totalizando 09 (nove) médicos, o mesmo número de médicos que
428 atende na UPA SUL. O expositor ressaltou ainda que essa mesma portaria
429 estabelece o valor de R\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais) como valor
430 de incentivo para custeio, e pontuou que é diante desse exposto que esse ponto pauta
431 está sendo trazido para a deliberação dessa plenária uma vez que esse é um passo
432 necessário para que essa mudança possa ocorrer. O Sr. Abelardo pontuou que o
433 município de Palmas – TO vem sofrendo um crescimento populacional constante,
434 ressaltou que os atendimentos estão equilibrados, que diante dos dados apresentados
435 se faz necessária a mudança de nível da UPA Norte de nível V para nível VIII para
436 que esse crescimento populacional possa ter um acompanhamento realmente mais
437 efetivo e os serviços possam ser prestados à sociedade com qualidade. O Sr. Daniel
438 Borini Zemuner/ Secretário Municipal de Saúde de Palmas – TO esclareceu que a
439 portaria atual diferentemente da portaria anterior, não traz o dado relativo ao
440 percentual de 25% (vinte e cinco por cento) de contrapartida do Estado, e ressaltou
441 que essa mudança só é possível através da pactuação entre os gestores. O mesmo

442 esclareceu que diante desse exposto a equipe técnica do município de Palmas – TO
443 procurou a área técnica do Estado, e ficou estabelecido na época, inclusive com
444 aceitação dos municípios, que esse tipo de unidade seriam habilitadas no nível V
445 com contrapartida da Gestão Estadual, e, como no momento atual o Estado não
446 possui disponibilidade de recursos para honrar com essa contrapartida de 25% (vinte
447 e cinco por cento), o que está sendo proposto é a pactuação do que ficaria nesses
448 25% (vinte e cinco por cento) em cima do atual nível habilitado e qualificado, de
449 forma que esse mês já ficaria-se com o valor a mais do Ministério da Saúde, que é
450 um valor mensal de em torno de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais),
451 para aquilo que já faz, valor esse que ao final é de aproximadamente R\$
452 3.000.000,00 (três milhões de reais). O mesmo esclareceu que foi diante desse
453 contexto que o município de Palmas aceitou o acordo que foi estabelecido dessa
454 forma e que contou também com um Termo de Compromisso assinado que possui
455 um item que estabeleceu que apartir do momento em que o Estado do Tocantins
456 pudesse fazer uma nova pactuação em relação a esse assunto, a pactuação vigente
457 teria esses valores referentes à contrapartida Estadual revisados, e uma nova
458 pactuação deveria ser estabelecida, e que foi por isso que os municípios na época
459 aceitaram que as habilitações das unidades como a UPA Norte de Palmas ficassem
460 somente no Nível V. A Sr.^a Luiza Regina ressaltou a importância da colocação que
461 acaba de ser feita pelo Sr. Daniel em virtude desse ser um processo contínuo de
462 mudanças, e informou que nesse momento a Secretaria de Estado da Saúde do
463 Tocantins não possui condições de pactuar um incremento financeiro no sentido de
464 financiamento da Unidade de Pronto Atendimento, e, ressaltando que essa
465 informação tem que ficar consignada em ata, ressaltou que o que está se pactuando
466 nesse momento diz respeito ao Incremento do Recurso Financeiro da União. A
467 mesma ressaltou que isso deve ficar bem claro para que posteriormente não seja
468 gerado um compromisso ou mesmo um processo judicial de cobrança de uma
469 contrapartida de um financiamento referente a essa mudança de opção de
470 organização e funcionamento dessa Unidade de Pronto Atendimento. Item
471 Aprovado Pela Plenária. **Item 8- Pactuação e Aprovação da Atualização da**
472 **Tabela de Procedimentos com Complementação da Secretaria Municipal de**
473 **Saúde (SEMUS) no Município de Palmas – TO;** Solicitante: Daniel Borini
474 Zemuner/ Secretário Municipal de Saúde de Palmas – TO; Expositor: Valmir Lucas
475 Cavalcante/Gerente de Controle e Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde de

476 Palmas – TO. O Sr. Valmir Lucas relatou que fazendo um resgate encontrou a
477 Resolução CIB N°. 357/2017, de 16 de novembro de 2017, e a Resolução do
478 Conselho Municipal de Saúde de Palmas – TO – CMS Palmas – TO N°. 012/2018,
479 de 15 de fevereiro de 2018, e, em um breve esclarecimento explicou que essas
480 Resoluções aprovaram as últimas atualizações da Tabela de Procedimentos e
481 Complementação da Secretaria Municipal de Saúde de Palmas – TO, e que a
482 planilha apresentada a esta plenária nesse momento traz na 1ª (primeira) coluna os
483 nomes dos procedimentos seguidos pelos valores do SUS, na 2ª (segunda) coluna,
484 valores de complementação na 3ª (terceira) coluna, e valores totais de cada um deles
485 na 4ª (quarta) coluna). O mesmo ressaltou que todos são valores atualizados e
486 solicitou a aprovação da planilha apresentada. Item Aprovado Pela Plenária. **Item 9-**
487 **Pactuação e Aprovação da Proposta de Projeto N°. 13767.456000/1170-14 do**
488 **Município de Ponte Alta do Bom Jesus – TO, e o Projeto Técnico para**
489 **Transporte Sanitário Eletivo destinado ao deslocamento de usuários para**
490 **realizar procedimentos de caráter eletivo no âmbito do SUS no Município de**
491 **Ponte Alta do Bom Jesus – TO, no valor de R\$ 242.000,00 (duzentos e quarenta**
492 **e dois mil reais), objeto da Emenda Parlamentar N°. 30860006 da Parlamentar**
493 **Dulce Miranda (ITEM EXCLUÍDO DA PAUTA):**Solicitante: Rodolfo Pereira
494 Martins/Secretário Municipal de Saúde de Ponte Alta do Bom Jesus – TO. ITEM
495 EXCLUÍDO DA PAUTA. **Item 10- Pactuação e Aprovação da Proposta de**
496 **Projeto N°. 11314.873000/1180-01 do Município de Pugmil – TO, e o Projeto**
497 **Técnico para Transporte Sanitário Eletivo destinado ao deslocamento de**
498 **usuários para realizar procedimentos de caráter eletivo no âmbito do SUS no**
499 **Município de Pugmil – TO, no valor de R\$190.000,00 (cento e noventa mil**
500 **reais), objeto da Emenda Parlamentar N°. 29180002 do Parlamentar**
501 **Vicentinho Alves:** Solicitante: Iralva Sousa Barros/Secretária Municipal de Saúde
502 de Pugmil - TO. Item Aprovado Pela Plenária. **Item 11- Pactuação e Aprovação**
503 **da Proposta de Projeto N°. 1715751712281555260 do Município de**
504 **Palmeirópolis – TO, e o Projeto Técnico para Transporte Sanitário Eletivo**
505 **destinado ao deslocamento de usuários para realizar procedimentos de caráter**
506 **eletivo no âmbito do SUS no Município de Palmeirópolis – TO, no valor de**
507 **R\$190.000,00 (cento e noventa mil reais), Emenda da Parlamentar Josi Nunes:**
508 Solicitante: Nélio Oliveira Silva/Secretário Municipal de Saúde de Palmeirópolis -
509 TO. Item Aprovado Pela Plenária. **Informe B. Opera – Tocantins e Portaria**

510 GM/MS Nº. 2.895/2018. Solicitando à plenária a inversão da pauta nesse
511 momento, o Sr. Rodolfo Pereira Martins/ SMS de Ponte Alta do Bom Jesus – TO
512 pediu a plenária que se passasse ao Item B da Pauta de Informes e Esclarecimentos
513 que diz respeito ao Projeto Opera Tocantins e à Portaria GM/MS Nº. 2.895/2018, de
514 12 de setembro de 2018, que “Define, para o exercício de 2018, a estratégia para a
515 ampliação do acesso aos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos no âmbito do Sistema
516 Único de Saúde (SUS).”. Tendo essa solicitação aprovada pela plenária, o Sr.
517 Rodolfo ressaltou ter conversado com a Sr.^a Nayara Samya Costa Chaves Nogueira
518 Tabanes/ Secretária Geral da CIB – TO incluindo esse informe e pedido de
519 esclarecimento na pauta dessa plenária para informar a todos a Portaria citada, e
520 informar também que nos anexos da referida portaria consta que o Estado do
521 Tocantins receberá R\$ 1.859.288,43 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil,
522 duzentos e oitenta e oito reais, e quarenta e três centavos), valor esse que está
523 relacionado com o projeto Opera Tocantins que já foi discutido em reuniões
524 anteriores dessa comissão. O Sr. Rodolfo relatou que nos meses de março, abril e
525 maio do presente ano foi divulgado na mídia que o Opera Tocantins iria atender em
526 torno de 5.000 (cinco mil) pacientes que estavam aguardando a realização de
527 cirurgias eletivas já a algum tempo, mas passado alguns meses não foi isso o que
528 aconteceu, fazendo com que os municípios do tocantinenses ficassem com a
529 sensação de que suas populações não estavam sendo assistidas pelo projeto da forma
530 como ficou acordado quando da apresentação do mesmo na CIB. O SMS de Ponte
531 Alta de Bom Jesus – TO afirmou então que diante desse exposto, na Reunião
532 Ordinária da CIB anterior a esta os municípios através do COSEMS – TO
533 solicitaram esclarecimentos das áreas técnicas da Secretaria de Estado da Saúde do
534 Tocantins envolvidas no referido projeto, e que então, nessa ocasião foi feita uma
535 apresentação por parte da equipe da Gestão Estadual onde foi divulgado que, de
536 todas as cirurgias eletivas previstas e divulgadas no projeto, só teriam sido
537 realizadas até aquele momento 92 (noventa e duas). O Sr. Rodolfo relatou ainda que
538 como a propaganda sobre esse projeto continuou a ser veiculada na mídia, a
539 população de cada município aumentou a pressão em cima de seus secretários
540 municipais de saúde em buscas dessas cirurgias. O mesmo foi enfático ao afirmar
541 que só estava fazendo esse relato para que o assunto pudesse voltar a ser discutido
542 conforme o que ficou combinado na reunião do COSEMS – TO, e ressaltou também
543 o Artigo 5º (quinto) da Portaria GM/MS Nº. 2.895/2018 que diz que “Caberá aos

544 gestores Estaduais, do Distrito Federal, e Municipais a organização e a definição dos
545 critérios regulatórios que garantam o acesso preferencial aos pacientes cuja
546 solicitação já esteja inserida na regulação.” Voltando a falar da portaria citada, o Sr.
547 Rodolfo afirmou que a mesma é do dia 12 de setembro de 2018, está vigente, fará o
548 Estado do Tocantins receber o recurso financeiro já citado destinado para os fins
549 estabelecidos na referida portaria, e que o objetivo da mesma é ampliar o acesso às
550 cirurgias eletivas. Dito isto, o Sr. Rodolfo concluiu resumindo que o Opera
551 Tocantins é um projeto que não obteve o êxito esperado, que não obteve sucesso,
552 que não “decolou” uma vez que após tantos meses após a primeira apresentação e
553 discussão do mesmo, ficou evidente que o referido projeto nos moldes os quais foi
554 proposto na época de fato não iria obter êxito. O SMS de Ponte Alta do Bom Jesus –
555 TO afirmou que todos os presentes nessa plenária estão cientes de que esse não será
556 um problema que será resolvido nessa reunião, e, diante disso, propôs que fosse
557 feito um encaminhamento para que em um outro momento seja agendada a
558 realização de uma Reunião de Câmara Técnica entre a equipe técnica da SES-TO
559 envolvida no projeto, a diretoria executiva do COSEMS – TO, e os Representantes
560 das Regiões de Saúde das Comissões Intergestores Regionais (CIRs), para que esse
561 assunto pudesse ser melhor discutido e esclarecido com a finalidade de se chegar
562 aos tipos de moldes em que se darão essa questão da ampliação do acesso conforme
563 o que está citado na Portaria GM/MS N.º. 2.895/2018. Ressaltando que a Portaria
564 citada é sobre as cirurgias eletivas, foi publicada pelo Ministério da Saúde, e
565 abrange todo o território nacional, a Sr.^a Luiza Regina pontuou ser importante a
566 realização de uma reunião de Câmara Técnica conforme o Sr. Rodolfo colocou,
567 inclusive para que se possa fazer o alinhamento do entendimento desse assunto
568 dentro da própria SES – TO. A mesma ressaltou que o que entende como sendo o
569 projeto Opera Tocantins é que trata-se de um projeto maior, que possui diversas
570 estratégias, e, o que o que foi pactuado em CIB a sobre o mesmo, diz respeito a
571 questão da bonificação instituída pelo Programa de Aprimoramento da Gestão
572 Hospitalar Cirúrgico (PAGH-Cirúrgico) que foi inicialmente instituída através de
573 uma medida provisória posteriormente convertida em lei, e que as cirurgias feitas
574 através da porta desse projeto devem obedecer a passividades e critérios
575 determinados naquela oportunidade. A Sr.^a Luiza Regina esclareceu ainda que a
576 bonificação do PAGH-Cirúrgico seria um “Plus” a mais, uma condição para se fazer
577 as cirurgias, mas que no entanto não substitui o projeto eletivo do Ministério da

578 Saúde que são a cirurgias eletivas de rotina que acontecem nas unidades, e que, por
579 tanto, as cirurgias do Opera Tocantins não substitui nenhuma rotina dos serviços de
580 saúde, que, ao contrário, o referido serve até mesmo para estimular a organização
581 dessas rotinas, pois, caso essas rotinas não sejam devidamente organizadas, não
582 haverá condições de sobre de leitos que, organizados, possibilitem a realização das
583 cirurgias eletivas referentes ao estímulo da bonificação citada. Concordando com a
584 Sr.^a Luiza Regina, o Sr. Rodolfo ressaltou que de fato é isso o que está estabelecido
585 no projeto Opera Tocantins, projeto esse que não obteve êxito, e que em virtude
586 disso está tentando fazer um alerta para que os erros cometidos no Opera Tocantins
587 não se repitam quando o novo recurso chegar. O mesmo ressaltou ainda que na
588 última Reunião Ordinária da CIB e equipe da SES-TO responsável pelo Opera
589 Tocantins falou das dificuldades que a Gestão Estadual do Tocantins vem
590 enfrentando, falou também do objetivo do projeto, e pontuou que há uma
591 necessidade de se fazer uma rediscussão para que depois não aconteça com os
592 próximos projetos o que aconteceu com o Opera Tocantins que foi a apresentação de
593 um projeto que, posteriormente, não deu certo. O Sr. Rodolfo ressaltou novamente
594 que esse assunto foi colocado na última reunião ordinária da CIB, que até o presente
595 momento não houve essa reunião para se rediscutir o Opera Tocantins, e que essa
596 reunião se faz cada vez mais necessária para o melhor andamento do projeto. O
597 mesmo relatou ainda que quando a primeira vez em que o Opera Tocantins foi
598 apresentado e pactuado em CIB o que havia ficado estabelecido era que as cirurgias
599 eletivas do projeto não seriam contabilizadas junto com as cirurgias eletivas
600 realizadas nas rotinas das unidades, e que na última reunião ordinária da CIB a
601 equipe da SES-TO responsável pelo projeto apresentou dados onde as cirurgias
602 eletivas do projeto estavam contabilizadas juntamente com as cirurgias eletivas
603 realizadas nas rotinas das unidades. O Sr. Rodolfo lembrou ainda que nessa mesma
604 oportunidade o Sr. Daniel B. Zemuner/ SMS de Palmas – TO chegou até mesmo a
605 fazer uma sugestão a respeito de talvez contextualizar uma empresa privada no
606 projeto, e ressaltou não saber de fato se isso seria ideal, pois para obter essa e outras
607 conclusões é necessário que a reunião sugerida para discussão desse assunto
608 aconteça o quanto antes. Complementando a discussão, a Sr.^a Ludmila Nunes
609 Moreira Barbosa/ Diretora de Controle, Avaliação, e Auditoria da SES – TO,
610 ressaltou que o recurso citado na discussão não é um recurso que será repassado de
611 forma fundo a fundo, não é um recurso antecipado, é um recurso que será repassado

612 de acordo com a apresentação da produção dos serviços. Além disso, a mesma ainda
613 esclareceu que se uma determinada unidade possui uma determinada meta, cada
614 unidade tem sua rotina, e, uma vez que essa meta é pactuada e aprovada na CIB, aí é
615 que essa unidade passará então a receber esses recursos. Dito isso, para que tudo
616 fique transparente, a mesma disponibilizou as áreas técnicas sob sua diretoria para
617 estarem fazendo apresentações e prestando maiores esclarecimentos a respeito de
618 como está a evolução do Estado do Tocantins em relação a esse recurso, ressaltando
619 que o Opera Tocantins é uma das modalidades desse tipo recurso. Informando ter
620 lido a portaria citada e pensando na pactuação referente às cirurgias oftalmológicas
621 que foi solicitada, tendo em vista que isso se trata de um dos anexos dessa portaria,
622 o Sr. Daniel Zemuner/ SMS de Palmas – TO questionou se não seria possível
623 utilizar parte desse recurso para ampliar a oferta de cirurgias oftalmológicas , pois
624 como se trata de algo está sendo feito a mais, talvez fosse possível corrigir, ao
625 menos em partes, justamente alguma coisa dessa deficiência que está acontecendo
626 na oferta das cirurgias. A Sr.^a Ludmila informou que a referida portaria permite uma
627 repactuação em CIB a qualquer momento, e que, diante disso, é possível fazer uma
628 repactuação em cima daquilo que foi pactuado primeiramente no momento em que
629 todos estavam presentes e que essa questão da oftalmologia acabou por não ter sido
630 contemplada, e que, assim sendo, pode sim haver uma repactuação nesse sentido, e
631 que o ideal é que esse assunto também seja discutido na Câmara Técnica para
632 posteriormente ser repactuado em CIB. A Promotora do Ministério Público Estadual
633 do Tocantins (MPE-TO), Dr.^a Maria Roseli ressaltou que a maior preocupação
634 relacionada a essa questão da demanda reprimida das cirurgias eletivas diz respeito
635 ao fato de saber por qual via esse usuário poderá estar tendo esse acesso, se é em
636 razão de algum projeto do Estado como o Opera Tocantins, ou se é em razão do
637 incremento financeiro que vem da União. A mesma pontuou que a preocupação
638 maior que todos deveriam ter está relacionada a igualdade de acesso uma vez que há
639 usuários que estão aguardando a realização desses procedimentos eletivos já a mais
640 de 10 (dez) anos, e é sabido por todos que há pessoas que acabam acessando o
641 serviço de saúde de qualquer forma, e que, em muitos casos, mau esperaram por
642 esse acesso. A promotora pontuou que esse é um problema de enfrentamento que é
643 muito grave e sério e que acontece em todo o país, e sugeriu que esse assunto
644 também fosse discutido na Câmara Técnica que está sendo sugerida, não só esse
645 assunto, mas também assuntos sobre as eventuais fraudes que já são anunciadas de

646 longas datas com relação ao acesso, pois o fato de o usuário estar regulado em uma
647 fila sendo a mesma do Opera Tocantins ou qualquer outra fila da regulação, não dá
648 a certeza, não quer dizer que essa fila não possa ser burlada. A Dr.^a Maria Roseli
649 afirmou ainda que não há mecanismos de controle fortes e capazes de evitar as
650 fraudes nas filas, que então aquelas pessoas que não têm quem advogue suas causas
651 seja por meio da justiça, por meio de uma gerência qualquer, ou até mesmo por
652 meio de pessoas que trabalham dentro dos hospitais e que possuem algum tipo de
653 poder, farão com que o problema da demanda reprimida das cirurgias eletivas
654 permaneça sem solução, pois esta é uma questão que está para além da garantia
655 desse direito dos usuários, é uma questão que passa também pela esfera criminal
656 uma vez que, na medida em que essas filas são burladas, crimes contra a
657 administração pública são praticados. Por fim, a Promotora ressaltou que dessa
658 forma todos acabam sendo envolvidos incluindo ao paciente que foi operado, quem
659 o ajudou a operar, e quem ajudou a abrir essas portas. Sobre o encaminhamento a
660 respeito do agendamento da Reunião da Câmara Técnica, a Sr.^a Luiza Regina
661 anunciou que, não havendo nenhuma objeção, a Reunião da Câmara Técnica de
662 Gestão do SUS que irá tratar dos fluxos de atendimento de serviços e do projeto das
663 cirurgias oftalmológicas acontecerá no dia 21 de setembro de 2018, amanhã, sexta-
664 feira, e que, caso essa reunião não seja o suficiente para esgotar esses assuntos, fica
665 solicitado à secretaria executiva da CIB que providencie para o mais breve possível
666 uma outra data para a realização de uma outra Reunião da Câmara Técnica de
667 Gestão do SUS para tratar das cirurgias eletivas. **PONTOS DE PAUTA PARA**
668 **APRESENTAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO: Item 12- Homologar a Proposta de**
669 **Convênio N.º. 913849/17-005 para Aquisição de Equipamentos e Materiais**
670 **Permanentes para a Diretoria de Gestão da Hemorrede do Estado do**
671 **Tocantins, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais):** Solicitante e
672 Expositora: Luiza Regina Dias Noletto/Superintendente de Planejamento do SUS da
673 SES - TO. Item Homologado Pela Plenária. **Item 13- Homologar a Proposta de**
674 **Projeto N.º. 13849.028000/1170-10 para Aquisição de Equipamentos e Materiais**
675 **Permanentes para o Hemocentro Coordenador de Palmas, Hemocentro**
676 **Regional de Araguaína, Núcleo de Hemoterapia de Gurupi, Unidade de Coleta**
677 **e Transfusão de Augustinópolis e Unidade de Coleta e Transfusão de Porto**
678 **Nacional, no valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais),**
679 **referentes à Recurso de Programa do Ministério da Saúde:** Solicitante e

680 Expositora: Luiza Regina Dias Noletto/Superintendente de Planejamento do SUS da
681 SES - TO. Item Homologado Pela Plenária. Item 14- Homologar a Proposta de
682 Projeto Nº. 11314.873000/1180-02 para Aquisição de Equipamentos e Materiais
683 Permanentes (Equipamentos Odontológicos) para a Unidade Básica de Saúde
684 (UBS), no município de Pugmil – TO, no valor de R\$159.975,00 (cento e
685 cinquenta e nove mil e novecentos e setenta e cinco reais), objeto da Emenda
686 Parlamentar Nº. 30680004 do Parlamentar Carlos Henrique Gaguim:
687 Solicitante: Iralva Sousa Barros/Secretária Municipal de Saúde de Pugmil - TO.
688 Item Homologado Pela Plenária. Item 15- Homologar a Proposta de Projeto Nº.
689 11893.009000/1180-03 para Aquisição de Equipamentos e Materiais
690 Permanentes para a Unidade Básica de Saúde (UBS) Doriel Marcelino dos
691 Reis, no município de Tupirama – TO, sendo: R\$200.000,00 (duzentos mil
692 reais) objeto da Emenda Parlamentar Nº. 29310002 do Parlamentar Ataídes
693 Oliveira, e R\$80.000,00 (oitenta mil reais) objeto da Emenda Parlamentar Nº.
694 26900003, do Parlamentar César Halum, totalizando R\$280.000,00 (duzentos e
695 oitenta mil reais): Solicitante: Cristina Cléia Quitaiski/Secretária Municipal de
696 Saúde de Tupirama - TO. Item Homologado Pela Plenária. Item 16- Homologar a
697 Proposta de Projeto Nº. 13672.489000/1180-05 para Aquisição de
698 Equipamentos e Materiais Permanentes (Veículo de Passeio – Transporte de
699 Equipe) para a Unidade de Saúde da Família (USF), no município de
700 Tupiratins – TO, no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais), objeto da Emenda
701 Parlamentar Nº. 29310002 do Parlamentar Ataídes Oliveira: Solicitante: Maria
702 Lúcia Duarte Camelo/Secretária Municipal de Saúde de Tupiratins - TO. Item
703 Homologado Pela Plenária. Item 17- Homologar a Utilização do Saldo
704 Remanescente/Rendimento no valor de R\$763,25 (setecentos e sessenta e três
705 reais e vinte e cinco centavos) para Aquisição de Equipamentos e Materiais
706 Permanentes para o Hospital de Pequeno Porte Nossa Senhora do Perpétuo
707 Socorro (HPP), no município de Cristalândia – TO, referente à Proposta de
708 Projeto Nº. 11277.989000/1160-04, objeto da Emenda Parlamentar Nº.
709 36950009 da Parlamentar Josi Nunes: Solicitante: Leila Cantuário Brito/
710 Secretária Municipal de Saúde de Cristalândia - TO. Item Homologado Pela
711 Plenária. Item 18- Homologar a Utilização do Saldo Remanescente/Rendimento
712 no valor de R\$23.923,48 (vinte e três mil novecentos e vinte e três reais e
713 quarenta e oito centavos) para Aquisição de Equipamentos e Materiais

714 Permanentes (Equipamentos Odontológicos) para o Centro Municipal de
715 Saúde, no município de Cristalândia – TO, referente à Proposta de Projeto N°.
716 11277.989000/1160-01, objeto da Emenda Parlamentar N°. 24290003 do
717 Parlamentar Lázaro Botelho: Solicitante: Leila Cantuário Brito/ Secretária
718 Municipal de Saúde de Cristalândia - TO. Item Homologado Pela Plenária. **Item 19-**
719 Homologar a Utilização do Saldo Remanescente/Rendimento no valor de
720 RS21.174,80 (vinte e um mil cento e setenta e quatro reais e oitenta centavos)
721 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para o Hospital de
722 Pequeno Porte Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (HPP), no município de
723 Cristalândia – TO, referente à Proposta de Projeto N°. 11277.989000/1160-03,
724 objeto da Emenda Parlamentar N°. 36950009 da Parlamentar Josi Nunes:
725 Solicitante: Leila Cantuário Brito/ Secretária Municipal de Saúde de Cristalândia –
726 TO. Item Homologado Pela Plenária. **Item 20- Homologar a Reprogramação da**
727 Proposta de Projeto N°. 12775.985000/1170-02 para Aquisição de
728 Equipamentos e Materiais Permanentes, no município de Campos Lindos –
729 TO, no valor de R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais), objetos da Emenda
730 Parlamentar: Solicitante: Eliaquim Ferreira Mendonça/Secretário Municipal de
731 Saúde de Campos Lindos – TO. Item Homologado Pela Plenária. **Item 21-**
732 Homologar a Proposta de Projeto N°. 13767.456000/1170-16 para Aquisição de
733 Equipamentos e Materiais Permanentes para o Centro Municipal de Saúde
734 Mãe Inocência, no município de Ponte Alta do Bom Jesus – TO, no valor de RS
735 116.000,00 (cento e dezesseis mil reais), objeto da Emenda Parlamentar N°.
736 30680010 do Parlamentar Carlos Henrique Gaguim: Solicitante: Rodolfo Pereira
737 Martins/Secretário Municipal de Saúde de Ponte Alta do Bom Jesus - TO. Item
738 Homologado Pela Plenária. **Item 22- Homologar a Proposta de Projeto N°.**
739 13767.456000/1170-17 para Aquisição de Equipamentos e Materiais
740 Permanentes para o Centro Municipal de Saúde Mãe Inocência, no município
741 de Ponte Alta do Bom Jesus – TO, no valor de RS149.680,00 (cento e quarenta
742 e nove mil e seiscentos e oitenta reais), objeto da Emenda Parlamentar N°.
743 29180004 do Parlamentar Vicentinho Alves: Solicitante: Rodolfo Pereira
744 Martins/Secretário Municipal de Saúde de Ponte Alta do Bom Jesus - TO. Item
745 Homologado Pela Plenária. **Item 23- Homologar a Proposta de Projeto N°.**
746 1717801712281545801 para Aquisição de Equipamentos e Materiais

747 Permanentes (Equipamentos Odontológicos) para o Centro Municipal de
748 Saúde Mãe Inocência, no município de Ponte Alta do Bom Jesus – TO, no valor
749 de RS25.000,00 (vinte e cinco mil reais): Solicitante: Rodolfo Pereira
750 Martins/Secretário Municipal de Saúde de Ponte Alta do Bom Jesus.
751 Solicitante: Rodolfo Pereira Martins/Secretário Municipal de Saúde de Ponte Alta
752 do Bom Jesus - TO. Item Homologado Pela Plenária. **Item 24- Homologar a**
753 **Proposta de Projeto N°. 1717801712281905161 para Aquisição de**
754 **Equipamentos e Materiais Permanentes (Ambulância Tipo A) para o município**
755 **de Ponte Alta do Bom Jesus – TO, no valor de RS 170.000,00 (cento e setenta**
756 **mil reais):** Solicitante: Rodolfo Pereira Martins/Secretário Municipal de Saúde de
757 Ponte Alta do Bom Jesus - TO. Item Homologado Pela Plenária. **25- Homologar a**
758 **Proposta de Projeto para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes**
759 **(Ambulância Tipo A) para o município de Figueirópolis – TO, no valor de RS**
760 **80.000,00 (oitenta mil reais), objeto da Emenda da Parlamentar Josi Nunes:**
761 Solicitante: Valdeis Cantuário dos Santos/Secretário Municipal de Saúde de
762 Figueirópolis - TO. Item Homologado Pela Plenária. **Item 26- Homologar a**
763 **Reprogramação da Proposta de Projeto para Aquisição de Equipamentos e**
764 **Materiais Permanentes (Ambulância Tipo A) para o município de Figueirópolis**
765 **– TO, no valor de RS80.000,00 (oitenta mil reais), objeto da Emenda da**
766 **Parlamentar Josi Nunes:** Solicitante: Valdeis Cantuário dos Santos/Secretário
767 Municipal de Saúde de Figueirópolis - TO. Item Homologado Pela Plenária. **Item**
768 **27- Homologar a Proposta de Projeto N°. 1715751712261449706 para**
769 **Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes (Ambulância Tipo A)**
770 **para o município de Palmeirópolis – TO, no valor de RS 80.000,00 (oitenta mil**
771 **reais), objeto da Emenda do Emenda do Parlamentar Vicentinho Junior:**
772 Solicitante: Nélio Oliveira Silva/Secretário Municipal de Saúde de Palmeirópolis -
773 TO. Item Homologado Pela Plenária. **Item 28- Homologar a Proposta de Projeto**
774 **N°. 171575171219180018 para Aquisição de Equipamentos e Materiais**
775 **Permanentes (Ambulância Tipo A) para o município de Palmeirópolis – TO, no**
776 **valor de RS 80.000,00 (oitenta mil reais), Emenda do Parlamentar César**
777 **Halum:** Solicitante: Nélio Oliveira Silva/Secretário Municipal de Saúde de
778 Palmeirópolis - TO. Item Homologado Pela Plenária. **Item 29- Homologar a**
779 **Utilização de Saldo Remanescente/ Rendimento da Proposta de Projeto N°.**

780 12463.67600/1160-01 para Aquisição de Equipamentos e Materiais
781 Permanentes para a Unidade Básica de Saúde (UBS) do município de Crixás do
782 Tocantins – TO, no valor de R\$ 54.100,00 (cinquenta e quatro mil e cem reais),
783 objeto da Emenda Parlamentar Nº. 26910004 do Parlamentar Irajá Abreu:
784 Solicitante: Erika Ferreira Carvalho Rodrigues/Secretária Municipal de Saúde de
785 Crixás do Tocantins - TO. Item Homologado Pela Plenária. Item 30- Homologar a
786 Proposta de Projeto Nº. 12743.1040001/17-001 para Reforma da Unidade
787 Básica de Saúde Porte II do município de Bandeirantes do Tocantins – TO, no
788 valor de R\$ 349.997,00 (trezentos e quarenta e nove mil, novecentos e noventa e
789 sete reais), recurso referente ao Componente Requalifica UBS do Programa de
790 Atenção Básica do Ministério da Saúde: Solicitante: Cleuzenice Sales da Silva/
791 Secretária Municipal de Saúde de Bandeirantes do Tocantins – TO. Item
792 Homologado Pela Plenária. Item 31- Homologar a Proposta de Projeto Nº.
793 12743.1040001/18-001 para Ampliação da Unidade Básica de Saúde Porte I do
794 município de Bandeirantes do Tocantins – TO, no valor de R\$ 399.994,00
795 (trezentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e quatro reais), objeto da
796 Emenda Parlamentar Nº. 24290003 do Parlamentar Lazaro Botelho:
797 Solicitante: Cleuzenice Sales da Silva/ Secretária Municipal de Saúde de
798 Bandeirantes do Tocantins – TO. Item Homologado Pela Plenária. Item 32-
799 Homologar a Proposta de Projeto Nº. 12743.1040001/16-001 para Ampliação
800 da Unidade de Saúde Dona Gercina Porte IV ou mais no município de
801 Bandeirantes do Tocantins – TO, no valor de R\$ 249.345,00 (duzentos e
802 quarenta e nove mil, trezentos e quarenta e cinco reais), objeto da Emenda
803 Parlamentar Nº. 24290003 do Parlamentar Lazaro Botelho: Solicitante:
804 Cleuzenice Sales da Silva/ Secretária Municipal de Saúde de Bandeirantes do
805 Tocantins – TO. Item Homologado Pela Plenária. PONTOS DE PAUTA PARA
806 APRESENTAÇÃO E ESCLARECIMENTOS: Item 33- Apresentação e
807 Esclarecimento dos Resultados do Programa de Qualificação das Ações de
808 Vigilância em Saúde (PQAVS) do ano de 2018: (ITEM EXCLUÍDO DA
809 PAUTA): Solicitante: Wagner Santos de Jesus/Gerente da Sala de Situação de
810 Saúde da SES – TO; Expositora: Perciliana Joaquina B de
811 Carvalho/Superintendente de Vigilância, Promoção e Proteção à Saúde. (ITEM
812 EXCLUÍDO DA PAUTA). Item 34- Apresentação e Esclarecimento sobre a
813 Aquisição de um Veículo Pick-up Cabine Dupla 4X4 (DIESEL) para

814 Transporte de Equipe da Unidade Básica de Saúde (UBS) Dr. Mário José
815 Romão, com Recurso oriundo do Pagamento do Seguro de Indenização e
816 Contrapartida do Fundo Municipal de Saúde de Palmeirópolis: Solicitante e
817 Expositor: Nélio Oliveira Silva/Secretário Municipal de Saúde de Palmeirópolis –
818 TO. O Sr. Nélio explicou que houve um acidente com o referido veículo culminado
819 com a perda total do mesmo, e que em virtude desse fato vem a esta comissão
820 comunicar que um outro veículo está sendo adquirido através da utilização de
821 recursos advindos de indenização e de contrapartida paga pelo município de
822 Palmeirópolis. Item 35- Apresentação e Esclarecimento sobre o Relatório
823 Gerencial da Comissão Intergestores Regional (CIR) referente ao ano de 2017:
824 Solicitante: Marilene Coutinho Borges/ Gerente de Desenvolvimento de Políticas de
825 Saúde da SES – TO; Expositora: Cirilúcia Bezerra Cirqueira Vieira/Assessora
826 Técnica de Regionalização da Saúde da SES - TO. A Sr.^a Luiza Regina informou
827 que este item já foi apresentado na Reunião Ordinária do COSEMS – TO que
828 ocorreu na manhã de hoje, já tendo sua apresentação e discussão executada nessa
829 oportunidade onde estavam presentes também os membros da CIB dessa plenária,
830 de maneira que com isso a plenária da CIB considerou esse item já devidamente
831 apresentado e esclarecido dispensando assim uma nova apresentação do mesmo.
832 Item 36- Apresentação e Esclarecimento sobre o Relatório Gerencial da
833 Comissão Intergestores Regional (CIR) referente ao primeiro quadrimestre do
834 ano de 2018: Solicitante: Marilene Coutinho Borges/ Gerente de Desenvolvimento
835 de Políticas de Saúde da SES – TO; Expositora: Cirilúcia Bezerra Cirqueira
836 Vieira/Assessora Técnica de Regionalização da Saúde da SES - TO. A Sr.^a Luiza
837 Regina informou que este item também já foi apresentado na Reunião Ordinária do
838 COSEMS – TO que ocorreu na manhã de hoje, que também já teve sua apresentação
839 e discussão executada nessa oportunidade onde estavam presentes também os
840 membros da CIB dessa plenária, de maneira que com isso a plenária da CIB
841 considerou também esse item já devidamente apresentado e esclarecido também
842 dispensando assim uma nova apresentação do mesmo. PONTOS DE PAUTA
843 PARA INFORMES: A. - Informes da Secretaria Geral da Comissão
844 Intergestores Bipartite - CIB/TO: A.1. MARIANÓPOLIS DO TOCANTINS -
845 TO: Ordem de Início de Serviço referente à Ampliação da Unidade Básica de
846 Saúde (UBS) Madre Paulina, localizada na Rua Antônio Neto S/N, Centro, no
847 Município de Marianópolis do Tocantins – TO; A.2. PIUM - TO: Ordem de Início

848 de Serviço referente à Construção da Unidade de Saúde do Bairro Popular,
849 localizada na Rua 05 Lote 10 Quadra 10, Bairro Popular, no Município de Pium -
850 TO, referente à Proposta de Projeto N°. 12059.635000/1170-06; **A.3. SANTA FÉ**
851 **DO ARAGUAIA - TO:** Ordem de Início de Serviço para executar a Reforma,
852 Adequação e Ampliação da Construção da Unidade Básica de Saúde (UBS) Maria
853 Betânia, localizada na Rua João de Sousa Lima, nº 123, Centro no Município de
854 Santa Fé do Araguaia - TO, referente à Proposta N°. 12400.051000/1160-03; **A.4.**
855 **NAZARÉ - TO:** Ordem de Início/Reinício de Serviço para Construção da
856 Academia de Saúde, localizada na Rua Goiás QD-20, LT 05, Centro, no Município
857 de Nazaré – TO; **A.5. ARAGUAÍNA - TO:** Ordem de Início de Serviço para
858 Construção da Oficina Ortopédica, localizada no Loteamento Cidade Nova, no
859 Município de Araguaína – TO, referente à Proposta de Projeto N°. 11046.759000/1140-16. **INFORMES E SOLICITAÇÃO DE**
860 **ESCLARECIMENTOS: C –ICMS ESTADUAL:** O Sr. Rodolfo Pereira Martins/
861 SMS de Ponte Alta do Bom Jesus – TO relatou que pela manhã durante a reunião do
862 COSEMS – TO foi solicitado a presença da área técnica da Superintendência
863 Executiva do Fundo Estadual de Saúde da SES – TO para proceder esclarecimentos
864 a respeito da questão relacionada a regularização dos 15% (quinze por cento) do
865 Imposto Estadual sob Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS Estadual), uma
866 vez que esse assunto foi debatido também na última reunião ordinária da CIB, mas
867 não foi sanado ou esclarecido. O Sr. Manoel de Jesus Sousa/ Diretor de Recursos do
868 SUS da SES – TO relatou que a Secretaria Estadual da Fazenda do Estado do
869 Tocantins (SEFAZ-TO) não fez o repasse desse informe até o presente momento. O
870 mesmo esclareceu que o fato de a SEFAZ – TO não estar mais fazendo o repasse
871 desses 15% (quinze por cento) para os municípios não está se dando em virtude de
872 questões operacionais, mas sim em virtude de uma questão legal. O expositor
873 afirmou ainda que a SEFAZ emitiu uma nota relatando que a princípio o Projeto da
874 Lei Complementar N°. 141 estava previsto sim, mas foi vetado devido ao fato de
875 contrariar o princípio da unidade de tesouraria previsto na Lei N°. 320, e que diante
876 desse exposto há uma impossibilidade de se fazer esse repasse nas condições em que
877 era feito anteriormente. A Sr.ª Luiza Regina relatou que esse assunto foi tratado em
878 uma das reuniões da CIB das quais a mesma não pode participar, e que, então,
879 diante disso, e para compreender melhor a situação referente a esse assunto e poder
880 analisar melhor essa demanda, foi até a SEFAZ – TO onde conversou diretamente
881

882 com o Superintendente de Assuntos Contábeis para entender melhor como estava
883 acontecendo essa cessação de crédito. A mesma informou que quando o Estado vai
884 repassar a parcela do ICMS que é uma das parcelas do repasse constitucional do
885 Fundo de Participação dos Municípios (FPM) estava havendo uma essa retenção já
886 diretamente para as contas dos Fundos Municipais e isso estava sendo feito via carta
887 oficial formalizada entre os prefeitos e os bancos, e que, se fosse conseguido fazer
888 na SEFAZ – TO que utilizava o Sistema Integrado de Administração Financeira
889 para Estados e Municípios (SIAFEM) como sistema contábil, esse sistema
890 permitiria que isso pudesse ser feito dessa forma. Porém, como essa seria uma forma
891 considerada ilegal de se fazer esse repasse, houve uma mudança na lei
892 complementar que foi com o intuito de dar mais autonomia ao Fundo de Saúde. Essa
893 mudança foi feita através de uma proposta onde toda vez em que Estados e
894 Municípios fossem receber as parcelas constitucionais do FPM, 2% (dois por cento)
895 já seriam lançados por conta do fundo, só que isso não foi aprovado na lei
896 complementar, foi vetado. A mesma esclareceu que diante desse exposto o banco
897 não poderia ter feito o que o Estado do Tocantins vinha fazendo, e que, com essa
898 mudança de sistemas onde se deixou de utilizar o SIAFEM e passou-se a utilizar o
899 Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) que
900 possui regras próprias, ocorreu um travamento, e, somando isso ao fato de que as
901 regras do SIAF já trazem também esse impedimento legal, por enquanto,
902 infelizmente, ainda não há uma solução para esse assunto. **D- AUDITÓRIO PARA**
903 **REUNIÃO ORDINÁRIA DA CIB DE OUTUBRO DE 2018:** Conforme o que foi
904 demandado na última Reunião Ordinária da CIB e também nessa plenária, A Sr.^a
905 Luiza Regina informou que a Secretaria Executiva da CIB – TO já está tentando
906 providenciar um local mais adequado para a realização da próxima Reunião
907 Ordinária da CIB que acontecerá no dia 18 de outubro de 2018, e que assim que
908 houver uma resposta mais efetiva todos serão devidamente comunicados. **E-**
909 **PORTARIA GM/MS Nº 2777/2018, de 04 de setembro de 2018, que “Define os**
910 **municípios e valores mensais referente ao Programa Nacional de Melhoria do**
911 **Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB)”:** O Sr. Rodolfo Pereira
912 Martins/ SMS de Ponte Alta do Bom Jesus – TO relatou que na verdade esse
913 informe foi solicitado como inclusão de pauta tendo em vista a avaliação do
914 Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade na Atenção Básica (PMAQ). O
915 mesmo destacou de forma bem detalhada o fato de que alguns municípios foram

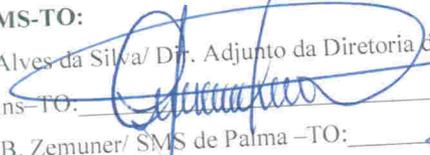
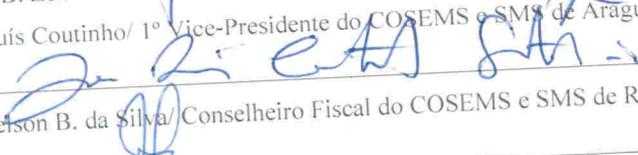
916 desclassificados por falta de cadeiras odontológicas, pois dentro do manual do
917 PMAQ há um manual com itens essenciais segundo os quais se davam as
918 pontuações estratégicas como se fosse um “Plus”, e todos os itens essenciais eram
919 obrigatórios. O Sr. Rodolfo relatou ter feito um trabalho junto com a equipe da
920 Atenção Básica do município o qual representa, e que todos os demais secretários
921 municipais de saúde do Tocantins fizeram da mesma forma em seus municípios.
922 Esse trabalho foi feito como uma forma de preparação para a avaliação citada, e
923 durante o mesmo foi constatado que os municípios tocantinenses pontuam em todos
924 os itens essenciais e também em mais alguns outros itens estratégicos. Além disso, o
925 Sr. Rodolfo relatou que uma das coisas que contava muitos pontos era a questão do
926 prontuário eletrônico que no município de Ponte Alta do Bom Jesus – TO já está
927 implantado desde o mês de abril. O Secretário afirmou que no município o qual
928 representa até mesmo os Agentes Comunitários de Saúde (ACSs) possuem tablets
929 eletrônicos, e que mesmo assim foi dito que o município de Ponte Alta do Bom
930 Jesus – TO havia sido desclassificado por falta de cadeiras odontológicas. O Sr.
931 Rodolfo questionou o motivo alegado para a desclassificação do município citado
932 justificando que em janeiro quando tomou posse como Secretário Municipal de
933 Saúde o município de Ponte Alta do Bom Jesus – TO já contava com 02 (duas)
934 equipes de atendimentos odontológicos implantadas e que desde então os serviços
935 só foram melhorados com ampliação dos consultórios odontológicos, construção de
936 uma sala de esterilização, e aquisição de um aparelho de raios-X odontológico
937 dentre outras melhorias. Ou seja, o mesmo relatou ter feito melhorias nos serviços
938 que já existiam e afirmou já ter até recebido uma parcela do PMAQ referente a uma
939 avaliação feita anteriormente a sua posse como Secretário Municipal de Saúde.
940 Diante desse exposto o Sr. Rodolfo questionou como os atuais avaliadores do
941 PMAQ atestaram que o serviço não existe no município de Ponte Alta do Bom Jesus
942 – TO devidamente credenciado no Ministério da Saúde, se os mesmos estão
943 devidamente implantados e habilitados pela área técnica do Estado inclusive com
944 produtividade comprovada. Diante desse exposto, o SMS de Ponte Alta do Bom
945 Jesus – TO ressaltou que há uma incompatibilidade nas informações, que está
946 ocorrendo um erro nessa avaliação, e solicitou à plenária da CIB a aprovação da
947 emissão de uma Resolução CIB que tem por objetivo a solicitação de uma
948 reavaliação, pois, segundo as orientações do Ministério da Saúde, aqueles
949 municípios que, nesse caso, se sentirem prejudicados têm até o dia 12 de dezembro

950 de 2018 para fazerem essa solicitação, pois o Ministério da Saúde estará emitindo
951 nota, e somente posteriormente será permitida a judicialização da questão. A Sr.^a
952 Gilian Cristina Barbosa/ Diretora de Atenção Primária da SES - TO informou que
953 esse assunto já foi discutido junto aos municípios tocantinenses, que o Ministério da
954 Saúde informou que qualquer desacordo em relação ao resultado da avaliação do
955 PMAQ deve ser encaminhado após o dia 15 de dezembro de 2018, e que é
956 importante salientar que a condução do processo de avaliação externa no Estado do
957 Tocantins é feita pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), e que também é
958 importante lembrar que a questão da nota é uma composição onde 10% (dez por
959 cento) é referente a auto avaliação da equipe, 30% (trinta por cento) é referente aos
960 indicadores, e 60% (sessenta por cento) é referente avaliação externa. A mesma
961 ressaltou ainda que a avaliação externa não verifica somente a questão estrutural,
962 mas também é um instrumento muito sensível ao processo de trabalho da equipe que
963 é utilizado para avaliar o que essa equipe tem feito ao cuidado. A Diretora de
964 Atenção Primária da SES-TO relatou que as inconsistências apontadas também
965 foram verificadas pela equipe técnica da diretoria a qual representa, que também
966 entrou em com os coordenadores de outros Estados devido a esse motivo, e que
967 nesses contatos foi constatado que muitos Estados também estão enfrentando essa
968 questão da falta de cadeiras odontológicas no momento da visita dos avaliadores.
969 Por fim, a Sr.^a Gilian ressaltou a sugestão feita pelo Sr. Rodolfo e também sugeriu
970 que se convocasse uma reunião da CIB de maneira a não se esperar até que o
971 Ministério da Saúde abra o link para questionamentos, pois não se sabe como isso se
972 dará, se vai haver um link, se haverá um formulário para isso, e que o que ficou
973 entendido a respeito desse ciclo é que o mesmo teve mais questionamentos do que
974 os ciclos anteriores, e outro fato negativo também é o fato de que os municípios com
975 avaliação não tiveram acesso ao que os profissionais das equipes responderam
976 durante a avaliação externa. Assim sendo, a Sr.^a Luiza Regina estabeleceu como
977 encaminhamento e inclusão de pauta o encaminhamento do relatório com as
978 inconsistências aqui citadas para que seja posteriormente pactuado em CIB uma vez
979 que trata-se de uma solicitação dos municípios tocantinenses. **F- ANESTESISTA**
980 **DE XAMBIÓIA - TO:** A Sr.^a Vera Lucia Carvalho/ Analista Técnica
981 Administrativa da Superintendência de Unidades Próprias da SES-TO informou que
982 Xambioá é o município onde os anestesistas operam a nível de mutirão, e relatou
983 que a SES – TO está contratando 02 (dois) médicos anestesistas que deverão atuar

984 nesse município, e que isso está acontecendo mesmo com as fragilidades com as
985 quais a SES – TO vem lidando referente aos anestesistas. Por fim a mesma voltou a
986 ressaltar que esses profissionais que estão sendo contratualizados atuarão no sistema
987 de mutirão para agilizar as cirurgias eletivas. **G- COMUNICADO DE**
988 **SUSPENSÃO DE SERVIÇOS DO ESTADO NO MUNICÍPIO DE**
989 **ARAGUAÍNA – TO:** O Sr. Jean Luís Coutinho/ Secretário Municipal de Saúde de
990 Araguaína – TO informou que alguns serviços que são referentes à Gestão Estadual
991 do Tocantins e são prestados no município de Araguaína - TO foram suspensos sem
992 prévia comunicação aos municípios. O mesmo ressaltou que esses serviços são
993 prestados no município o qual representa e são referência para os municípios da
994 Região de Saúde Médio Norte, e que são serviços como, por exemplo, os exames
995 especializados que foram acordados para a Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica
996 (UTI Pediátrica) e foram cortados sem a devida comunicação, outro exemplo são os
997 exames de PCCU que são coletados em Araguaína e encaminhados e que não estão
998 mais sendo executados e devolvidos, então também não estão mais sendo realizados.
999 O mesmo ressaltou que isso cria um problema já que a população fará as devidas
1000 cobranças o município não terá como dar uma resposta uma vez que não recebeu
1001 nenhum tipo de comunicado prévio a respeito desse assunto. Diante desse exposto, o
1002 Sr. Jean solicitou que os municípios sejam devidamente comunicados quando um
1003 serviço for interrompido por qualquer que seja o motivo, ou se o contrato for ser
1004 previamente encerrado, e que isso aconteça para que os mesmos possam se preparar
1005 para lidar com os transtornos causados. A Sr.^a Luiza Regina Dias Noletto/
1006 Superintendente de Planejamento do SUS da Secretaria de Estado da Saúde do
1007 Tocantins, neste ato representando o Sr. Renato Jayme da Silva, Secretário de
1008 Estado da Saúde do Tocantins e Presidente da CIB – TO, encerrou a reunião às
1009 dezesseis horas e quarenta e nove minutos, e para constar foi lavrada a presente ata,
1010 que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da CIB ou
1011 representante, e pelos demais membros presentes nesta reunião.

1012 **SES-TO:**

1013 Gilian Cristina Barbosa/ Dir. de Atenção Primária: Gilian C. Barbosa
1014 Iatagan de Araújo Barbosa/ Dir. de Atenção Especializada: IB
1015 Ludmila Nunes M. Barbosa/Dir. de Controle, Avaliação e
1016 Auditoria: Luclia
1017 Luiza Regina Dias Noletto/ Sup. De Planejamento do SUS: Luiza
1018 Vera Lúcia Carvalho/ Analista Téc. Adm. da Sup. de Unidades Próprias: _____

- 1019 **COSEMS-TO:**
1020 Clésio Alves da Silva/ Dir. Adjunto da Diretoria de Comunicação do COSEMS e SMS de Brasilândia
1021 do Tocantins-TO: 
1022 Daniel B. Zemuner/ SMS de Palma -TO: 
1023 Jean Luís Coutinho/ 1º Vice-Presidente do COSEMS e SMS de Araguaína-
1024 TO: 
1025 José Nelson B. da Silva/ Conselheiro Fiscal do COSEMS e SMS de Riachinho-
1026 TO: 
1027 Rodolfo P. Martins/ Conselheiro Fiscal do COSEMS e SMS de Ponte Alta do Bom Jesus-
1028 TO: 